



**Aníbal C. Pires**  
Delegado do SPRA

Camaradas,

Quero, antes de mais, saudar, em meu nome, mas também em nome dos educadores e professores dos Açores, todos os delegados e convidados à 3.ª Conferência de Docentes Aposentados da FENPROF e formular votos para o seu sucesso. Sucesso que desejamos se transforme no reforço da organização e da luta dos docentes da FENPROF e dos seus sindicatos.

Camaradas,

Subo a esta tribuna para partilhar convosco algumas reflexões que se assim for entendido, pelos organismos do DA da FENPROF, poderão integrar a agenda política e sindical, não só dos aposentados, mas de todos os educadores, professores e investigadores, pois todos caminham para a reforma e todos desejam que venha a acontecer nas melhores condições, quer no que diz respeito à idade limite para a aposentação, quer à fixação do tempo de serviço necessário e suficiente para obter a pensão sem penalizações, quer ainda ao cálculo e posterior atualização das pensões.

Permitam-me, então, a partilha de algumas reflexões sobre o envelhecimento, mas também sobre uma, de entre outras, incongruências do Estado português.

A contradição a que me quero referir verifica-se quando analisamos a caracterização da população portuguesa e estabelecemos um paralelo com a idade limite da reforma que, como sabemos, é flutuante e depende das oscilações da esperança média de vida.

Recentemente, fui convidado, no âmbito da preparação dos alunos para o Parlamento dos Jovens 2022/2023, para ir falar a uma escola básica e secundária, sobre “Saúde Mental nos Jovens – Que desafios? Que respostas?”.

Na preparação desta importante e vasta temática, fiz várias pesquisas e li uma quantidade assinalável de documentos, mormente o Plano Nacional de Saúde - 2021/2030.

No capítulo 3, Saúde da População em Portugal, no seu ponto 3.1 Caracterização Demográfica, a páginas 48, pode ler-se: (...) **Considerando-se dependentes os jovens (menores de 15 anos) e os idosos (65 ou mais anos), face à população ativa (entre os 15 e os 64 anos), a diminuição do número de jovens e/ou aumento do número de idosos face à população ativa, gera uma pressão demográfica sobre a mesma, afetando o desejado equilíbrio entre as entradas e as saídas de efetivos na população ativa. (...)**

Bem sei que aqui os conceitos são da demografia e da estatística, mas nem por isso deixam de ser válidos quando os comparamos com a realidade que vivemos.

Se a população ativa se situa entre os 15 e os 64 anos, a pergunta é: Quantos portugueses com mais de 64 anos ainda estão a exercer uma atividade profissional!? E porquê?

Se com 65 anos se é idoso e dependente, como diz o PNS, como se justifica que em Portugal se mantenha a trabalhar um segmento da população caracterizada como idosa e dependente!?

Não precisamos deste argumento para sustentar as reivindicações sobre o tempo de serviço, ou a idade limite, para ter direito à aposentação e à pensão sem penalizações, mas não deixa de ser interessante a constatação deste paradoxo entre as proclamações para os observadores externos e a prática dos governos portugueses em fazer depender a idade da aposentação da esperança média de vida, tudo em nome da sustentabilidade da segurança social que, como sabemos, pode e deve ser garantida por outras vias que não sejam a penalização de quem para ela contribui.

Camaradas,

Partilho agora convosco uma outra reflexão, esta sobre o envelhecimento, que escrevi há uns meses e que foi publicada numa das últimas edições do “SPRA Informação”. Passo a citar:

“Eh senhor Aníbal! Tás ficando velhinho”. Foi assim que fui saudado, há 2 ou 3 anos, durante um dos passeios de fim de tarde junto ao mar, passeios que tanto gosto de fazer. Esta genuína apreciação de um amigo, com quem já não me cruzava há muito tempo, tem sido motivo de algumas gargalhadas quando a partilho com outros amigos.

Não me sinto – ainda - um velhinho, mas estou a envelhecer e considero que isso é bom. Nem todos chegamos a envelhecer, mas quem tem esse privilégio deve aceitá-lo com a consciência de que com o prolongar da vida chegam algumas limitações de ordem fisiológica. Faz parte do processo, não vale a pena ignorá-lo, mas também não deve assumir a centralidade das nossas inquietações, sob pena de se tornar mais doloroso do que as dores nas costas e articulações que, mais tarde ou mais cedo, nos tentam a calçar os chinelos e a acomodarmo-nos no sofá.

Não pretendo, longe disso, deixar receitas nem conselhos sobre o que fazer e como fazer para envelhecer, sem que isso se torne num pesadelo. Mas aceitar as limitações, potenciar as faculdades de que ainda dispomos e usufruir do tempo que agora é, apenas, nosso será uma boa opção para continuar a percorrer a vida, apesar de naturais receios e inseguranças, sem nunca deixar de sonhar. O medo e a insegurança podem privar-nos de sonhar, mas sem sonhos não há caminho para andar. Sem sonhos deixamos que o tempo passe e se transforme, apenas, em espera. E esperar é desesperar.

Em outubro de 2013, publiquei, no meu blogue, um pequeno texto que dizia assim: - *O tempo só é importante porque a vida é finita e, por isso tão excitante. A eternidade seria entediante. Que fazer com tanto tempo se agora com o tempo contado e com fim à vista deixamos que ele, o tempo, passe por nós. Por vezes, até desejamos que passe depressa, o tempo, até inventamos passatempos, para iludir o tempo. O tempo não tem tempo, mas a vida tem um tempo. Usa o tempo que a vida te der. Não faças do tempo e da vida, um passatempo.*

Se há nove anos era, para mim, um modo de pensar a vida e a sua relação com o tempo. Hoje continua a ser tão válido como quando o escrevi, penso da mesma forma. A diferença é que agora, com a aposentação, tenho todo o tempo para mim, mas continuo, como sempre fiz, a dar utilidade ao tempo. Ainda que o meu tempo, com o seu passar, seja menos do que era ontem.

As alterações sociais, económicas e políticas que se verificaram a partir da década de 70 do século passado, com o renascimento e expansão do velho liberalismo, travestido de

modernidade, contribuíram para o crescimento e diversificação das atividades do “terceiro setor”. Esse incremento tem a sua origem na delegação de competências dos Estados em instituições privadas, de solidariedade social ou não, para atender a necessidades crescentes de apoio social às populações mais fragilizadas e vítimas da barbárie liberal. Este é um tema sobre o qual vale a pena refletir profundamente, mas ficará para uma outra oportunidade. Esta referência justifica-se porque o “terceiro setor” tem no envelhecimento da população um dos mais importantes segmentos da sua atividade no âmbito da economia social.

O envelhecimento da população portuguesa tem contribuído para o crescimento dos “negócios” do “terceiro setor”, os centros geriátricos abundam e ainda assim, ao que ouço dizer, são insuficientes para fazer face à enorme procura dos familiares que necessitam de um local, tal como de creches para as crianças, onde possam entregar os seus idosos para que sejam apoiados e cuidados.

A uniformidade das soluções para os cuidados geriátricos, tal como o pensamento único, inquieta-me, tal como me angustia a infantilização das atividades que são promovidas para ocupar o tempo dos cidadãos entregues ao cuidado destas organizações, durante o dia ou a tempo inteiro. Ora aqui está uma, ou mais variações sobre o tema e acerca das quais, também, importará refletir.

A padronização da oferta favorece os promotores, mas não responde às necessidades dos cidadãos mais idosos, que, naturalmente, são diversas, nem das famílias que querem participar e acompanhar o envelhecimento dos seus familiares, assim sejam libertadas da sobrecarga do seu horário de trabalho e disponham de apoios para estar e cuidar dos seus. Outras alternativas, sem aumentar o financiamento público, são possíveis, assim haja vontade e coragem para as instituir.

Este texto, mais do que opinião, pretende contribuir para que a sua leitura induza à reflexão e ao contraditório. Mais do que certezas ou opiniões fechadas estas palavras deixam em aberto algumas questões que afetam os nossos concidadãos que estão a envelhecer, ou seja, este é um assunto que interessa a todos.” Fim de citação.

Camaradas,

Renovo os votos de que a realização da 3.ª Conferência de Aposentados possa contribuir para o nosso reforço e unidade e, sobretudo, que as nossas reivindicações sejam entendidas como comuns a todos os educadores e professores, quer estejam no início, no meio ou em fim de carreira.

Viva a 3.ª Conferência Nacional de Aposentados!

Viva a FENPROF!

Lisboa, 29 de novembro de 2022